

I N C L U S Ã O S O C I A L - C E A R Á



SIM
É impossível
ser feliz sozinho.

O SISTEMA DE INCLUSÃO SOCIAL DO CEARÁ



É impossível
ser feliz sozinho.

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL - SIM



SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL - SIM
Maria Celeste Magalhães Cordeiro

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - SEPLAN
Francisco de Queiroz Maia Júnior

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE
Marcos Costa Holanda



É impossível
ser feliz sozinho.



A questão da inclusão social representa o maior resgate de cidadania no Brasil de hoje. Assume aspectos de desafio na região Nordeste. Desperta no Ceará, especialmente, um sentimento de ousadia e pioneirismo.

A necessidade de realizar um governo preocupado com o social, e próximo daqueles que mais necessitam, tornou indispensável a criação da Secretaria Extraordinária de Inclusão e Mobilização Social – SIM.

Após ouvir significativos segmentos da sociedade, e abrir um amplo debate com a população, é com satisfação que o Governo do Estado do Ceará apresenta, de forma pioneira, seus compromissos sociais numa abordagem tão direta e transparente.

Criada com o objetivo de integrar as ações desenvolvidas nas demais secretarias do Governo do Estado, em parceria com outras organizações governamentais, e de manter uma permanente articulação com a sociedade civil, a SIM desempenha um papel de vanguarda na implementação de políticas públicas.

Com a institucionalização do Sistema de Inclusão Social, o Ceará inova no acompanhamento e fiscalização de sua política social. Trata-se de um conjunto de indicadores e metas que vão nortear a ação prioritária de um Governo empenhado em reduzir as desigualdades.

O desafio de fazer cumprir as Metas de Inclusão Social não é uma tarefa apenas do Governo. Temos muitos objetivos a conquistar. E isso só será possível com o comprometimento da sociedade organizada.

Este é o momento de dizer sim. Sim a participação. Sim a transparência. Sim aos que, ao longo do tempo, ficaram à margem da História.

Luiz Alcantara

Governador do Estado do Ceará

I N T R O D U Ç Ã O

Este trabalho apresenta o esforço que vem sendo desenvolvido para dotar o Governo Estadual do Ceará de um Plano de Desenvolvimento Social. Seu ponto de partida foi a institucionalização do Regime de Metas Sociais para os municípios, cujo detalhamento encontra-se no Decreto Nº 27.059, de 26 de maio de 2003 e seus correspondentes anexos. Num segundo momento, foram elaboradas diretrizes e metodologia para a implantação de um Sistema de Inclusão Social, que tem em sua estrutura um conjunto de indicadores de Desenvolvimento Social para os diversos municípios cearenses e representa uma etapa imprescindível para estabelecer mecanismos formais de definição de metas governamentais e de aferição de resultados.



Um terceiro componente da política social é o Balanço Social do Estado. Através dele, anualmente serão apresentados os resultados principais dos avanços alcançados nesta área. No presente momento está sendo apresentado o Sistema de Inclusão Social. O gráfico a seguir sintetiza e contextualiza todas essas etapas.

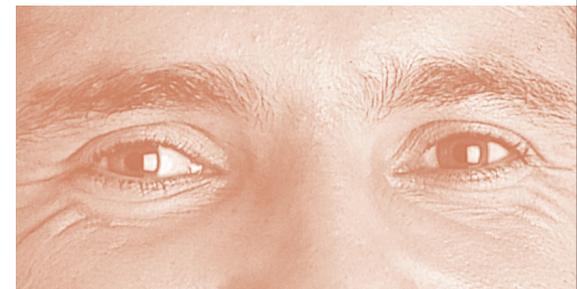


AS DIMENSÕES DA INCLUSÃO SOCIAL



Várias são as dimensões que permitem avaliar a inclusão social. Dentre elas, podem ser mencionadas: educação, saúde, habitação, gênero, raça/cor, meio ambiente, emprego, renda, riqueza, infra-estrutura, participação política, cultura, esporte, lazer, justiça, segurança pública, acesso à informática e à Internet, situações de risco e vulnerabilidade, etc.

Todavia, de acordo com as necessidades mais prementes da população cearense, foram selecionadas cinco dimensões básicas



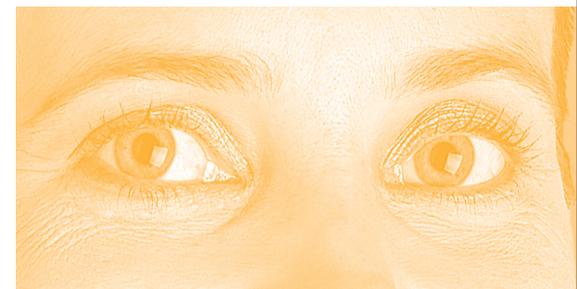
que merecem cuidado especial por parte do Governo do Estado, quais sejam:

- Educação
- Saúde
- Condições de Moradia
- Emprego e Renda
- Desenvolvimento Rural

A MENSURAÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NO CEARÁ

Recentemente, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) traçou as chamadas “Metas de Desenvolvimento do Milênio” com o objetivo de direcionar a atuação desta Instituição nos países em que atua. Inspiradas naquelas metas, mas de uma forma menos ambiciosa e olhando para as necessidades da população carente do Estado, as políticas sociais aqui apresentadas contemplarão metas globais tais como:

- Ampliar a oferta e melhorar a qualidade da educação
- Aumentar a cobertura e melhorar o atendimento na saúde
- Ampliar os serviços de infra-estrutura urbana
- Avançar na empregabilidade como meio de combate à pobreza
- Melhorar as condições de vida da população rural



Entretanto, para que estas metas sejam acompanhadas com sucesso, faz-se necessário, primeiramente, mensurar os níveis de desenvolvimento social do Estado e de seus municípios, para se ter um diagnóstico preciso da situação atual, de tal forma que as políticas a serem implementadas futuramente sejam mais eficazes e abrangentes.

A mensuração do Desenvolvimento Social no Ceará será feita através de indicadores, que deverão ter como características básicas a simplicidade, a facilidade de interpretação e a utilização de fontes de informações que obedeçam a uma certa regularidade temporal.

Diante disso, foram propostos indicadores segundo os princípios abaixo:

- Disponibilidade de informações anuais e por município
- Facilidade de obtenção das informações
- Universalização do uso
- Simplicidade de interpretação e análise
- Clareza em seu significado
- Credibilidade
- Representatividade
- Consistência

Assim, a metodologia para a mensuração do desenvolvimento social consiste basicamente na elaboração de um indicador síntese do desenvolvimento social (Índice de Desenvolvimento Social de Resultados, IDS-R), que reflete os resultados obtidos em cada município, e um outro que afere o nível de oferta de serviços públicos na área social (Índice de Desenvolvimento Social de Oferta, IDS-O).

De uma forma geral, o IDS-R indica onde se pretende chegar no campo social, enquanto que o IDS-O indica o caminho a ser percorrido para tal.

De posse dos cálculos desses índices, será possível identificar quais são os fatores de oferta que mais influenciam os resultados em geral ou em relação a cada dimensão considerada. Ademais, a partir dos resultados obtidos, será também possível direcionar de forma mais eficiente a oferta futura de serviços através da definição de metas e programas sociais visando, em última instância, a melhoria das condições de vida da população cearense.



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE RESULTADO (IDS-R)

Os indicadores que compõem o IDS-R, por dimensão, são os seguintes:

EDUCAÇÃO

- Taxa de escolarização no ensino fundamental
- Taxa de escolarização no ensino médio
- Taxa de promoção da 4ª para 5ª série
- Rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio

Um aspecto focado por estes indicadores educacionais é a democratização do acesso aos ensinos fundamental e médio, que pode ser avaliada através das taxas de escolarização consideradas. Ademais, a taxa de promoção da 4ª para a 5ª série, que mede a proporção de alunos aprovados na 4ª série que efetivamente se matricularam na 5ª série e que, portanto, deixam de ser considerados analfabetos funcionais. O rendimento médio do aluno procura captar a qualidade do ensino. Este indicador será incorporado em 2004.



SAÚDE

- Taxa de mortalidade infantil
- Taxa de mortalidade materna
- Taxa de internação por AVC

A melhoria das condições de saúde geralmente se reflete na redução das diversas taxas de mortalidade e da incidência de doenças de uma população. A taxa de internação por AVC, por exemplo, capta a dimensão de doenças como a diabetes e a hipertensão, que são uns dos principais problemas de saúde na atualidade.



CONDIÇÕES DE MORADIA

- Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado
- Proporção de domicílios urbanos com esgotamento sanitário

Entende-se que as necessidades mais prementes das residências são abastecimento regular de água e disponibilidade de uma rede de esgotamento sanitário. Desta forma, justifica-se a inclusão dos indicadores propostos.

EMPREGO E RENDA

- Consumo residencial médio de energia elétrica
- Índice de qualidade do emprego formal
- Tamanho médio dos estabelecimentos

Um dos aspectos mais fundamentais que reflete o grau de desenvolvimento social e econômico de uma população, e que permite que os indivíduos sejam incluídos socialmente, diz respeito à garantia do emprego e à geração de renda. Assim, indicadores de resultado para este grupo devem refletir se as condições são capazes de garantir a empregabilidade e a manutenção de um padrão de renda minimamente aceitável.

Neste contexto, o consumo residencial de energia elétrica fornece uma aproximação do padrão de rendimentos dos membros de uma população, pois, em geral, o aumento da renda dos indivíduos está diretamente relacionado com o aumento no consumo de energia, haja vista que o acréscimo de rendimentos possibilita o acesso a bens duráveis que incrementam sensivelmente este consumo.



Por outro lado, o índice de qualidade do emprego formal, medido pela proporção de empregados com rendimento médio mensal superior a dois salários mínimos, e o tamanho médio dos estabelecimentos, são bons indicativos da qualidade dos empregos ofertados, uma vez que ambos os indicadores associam-se a empresas mais produtivas e que oferecem melhores condições de trabalho e renda.

DESENVOLVIMENTO RURAL

- Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural
- Proporção do consumo de energia elétrica no meio rural

Como o Ceará apresenta uma parcela relevante de sua população ligada às atividades agropecuárias, contemplou-se, também, medidas que reflitam o desenvolvimento rural do Estado e de seus municípios. Mais especificamente, a proporção do consumo de energia elétrica no meio rural foi incluída, pois espera-se que os municípios que consomem relativamente mais energia no meio rural serão aqueles que, em geral, têm uma maior vocação para as atividades agropecuárias e que tendem a ser mais produtivos nessas atividades, estando mais aptos a adotar tecnologias mais modernas, que necessitam de um maior consumo de energia (como a irrigação, por exemplo).



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE OFERTA (IDS-O)

O IDS-O é calculado de forma similar ao IDS-R. Tenta sintetizar as condições de oferta dos serviços públicos dos municípios cearenses, as quais irão rebater nos resultados finais que se pretende alcançar. Assim, os indicadores que compõem o IDS-O, por dimensão, são os seguintes:

EDUCAÇÃO

- Nível de formação de professores do ensino fundamental
- Nível de formação de professores do ensino médio
- Relação bibliotecas, salas de leitura e laboratórios de informática por escola pública
- Relação equipamentos de informática por escola pública

Os indicadores de oferta de educação foram escolhidos na tentativa de captar dois aspectos fundamentais: a qualidade do ensino provido, o que é feito através dos dois primeiros indicadores, e o aparelhamento das escolas públicas, evidenciado pelos dois últimos indicadores. Em termos mais específicos, a relação de equipamentos de informática por escola pública fornece uma medida da inclusão digital proporcionada, o que é fundamental para se verificar o acesso da população, principalmente a mais carente, às novas tecnologias da informação.



SAÚDE

- Proporção de gestantes assistidas no 1º trimestre de gravidez
- Proporção de crianças com menos de 2 anos de idade acompanhadas por programas de saúde
- Proporção da população coberta pelo Programa Saúde da Família (PSF)



Os indicadores de oferta de saúde buscam evidenciar primordialmente o grau de assistência e prevenção de doenças, principalmente em determinados grupos da população em que há uma maior necessidade de acompanhamento (como crianças e gestantes, por exemplo).

CONDIÇÕES DE MORADIA

- Taxa de cobertura de abastecimento de água
- Taxa de cobertura de esgotamento sanitário urbano

Uma vez que as necessidades mais prementes das residências são pelo abastecimento regular de água e pela disponibilidade de esgotamento sanitário, optou-se como representantes da oferta de condições de moradia os indicadores listados acima.

EMPREGO E RENDA

- Relação de matrículas no ensino médio por matrículas totais
- Profissionais de saúde do SUS por mil habitantes
- Terminais telefônicos por mil habitantes
- Taxa de cobertura da malha rodoviária pavimentada no município

Os indicadores de oferta relacionados acima representam o esforço que o Governo desempenha no sentido de promover a criação de novos empregos e para fomentar o aumento da renda. No caso, o Governo não age diretamente instalando firmas nos municípios, mas tenta prover as condições necessárias para atrair novos investimentos. Na perspectiva de aumentar o nível de competitividade sistêmica dos municípios cearenses, gerando externalidades positivas para as empresas, o Governo pode afetar diretamente aspectos relacionados à qualificação da força de trabalho e à infra-estrutura.



Neste contexto, a relação de matrículas no ensino médio por matrículas totais representa uma medida de capacitação da força de trabalho, haja vista que uma maior parcela de matrículas no ensino médio representa que os municípios estão ofertando um maior número de pessoas em idade ativa para o mercado de trabalho com um melhor nível de qualificação.

O número de profissionais de saúde do SUS por mil habitantes é um indicador que sintetiza uma das principais demandas feitas pelos empresários ao decidir onde localizar suas empresas, já que eles esperam que existam condições satisfatórias de saúde para seus funcionários. Ademais, este indicador insere-se, também, na perspectiva de melhorar a dotação de capital humano da população, haja vista que trabalhadores mais saudáveis são, em geral, mais produtivos e apresentam um menor grau de absenteísmo. Já a taxa de cobertura da malha rodoviária pavimentada no município e os terminais telefônicos por mil habitantes são medidas que representam a infra-estrutura física e de telecomunicações, respectivamente. Estes também são indicadores fundamentais que definem onde as empresas devem se localizar e, assim, determinam a potencialidade dos municípios para atrair novos investimentos e gerar novos empregos.



DESENVOLVIMENTO RURAL

- Valor médio do Crédito Rural
- Proporção de produtores com assistência técnica

Considera-se que oferta de crédito e assistência são importantes para melhoria das condições do produtor rural e aumento de sua produtividade.

Uma das principais proposições desta política é que existe uma relação causal entre o IDS-O e o IDS-R, pois, percebe-se que a oferta, refletida nos indicadores de cada dimensão e sintetizada no IDS-O, são os insumos básicos para determinar os resultados, que manifestaram-se nas cinco dimensões propostas e na sua síntese (IDS-R). Os resultados, por sua vez, dão referência para estabelecer metas e projetos para a alteração da oferta de serviços públicos, principalmente nos setores e localidades mais deficientes. O fluxograma a seguir sintetiza a lógica de todo o Sistema de Inclusão Social.



SISTEMA DE INCLUSÃO SOCIAL

METAS GLOBAIS	IDS - R*	IDS - O**	PROGRAMAS SETORIAIS
Educação AMPLIAR A OFERTA E MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	Taxa de Escolarização do Ensino Fundamental Taxa de Escolarização do Ensino Médio Taxa de Promoção da 4ª para 5ª Série Rendimento dos Alunos dos Ensinos Fundamental e Médio	Nível de Formação de Professores do Ensino Fundamental Nível de Formação de Professores do Ensino Médio Relação Bibliotecas, Salas de Leitura e Laborat. de Informát. por Escola Pública Relação Equipamentos de Informática por Escola Pública	Capacitação Ampla da População Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Médio Desenvolvimento da Gestão Educacional e Participativa Criança Feliz; Ação Continuada; Abrigo
Saúde AUMENTAR A COBERTURA E MELHORAR O ATENDIMENTO NA SAÚDE	Taxa de Mortalidade Infantil Taxa de Mortalidade Materna Taxa de Internação por AVC	Proporção de Gestantes Assistidas no 1º Trimestre de Gravidez Proporção de Crianças < de 2 Anos Acompanhadas Proporção da População Coberta pelo Programa Saúde da Família (PSF)	Melhoria do Nível de Saúde da Criança Saúde do Adolescente Prevenção e Controle das Doenças Crônico-Degenerativas Programa Saúde da Família (PSF)
Condições de Moradia AMPLIAR OS SERVIÇOS DE INFRA ESTRUTURA URBANA	Prop. de Domicílios c/ Abastecimento de Água Adequado Proporção de Domicílios c/ Esgotamento Sanitário Urbano	Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água Taxa de Cobertura de Esgotamento Sanitário Urbano	Programa de Saneamento Básico do Ceará – Projeto São José Universalização do atendimento com energia elétrica Programa Habitacional
Emprego e Renda AVANÇAR NA EMPREGABILIDADE COMO MEIO DE COMBATE A POBREZA	Consumo Residencial Médio de Energia Elétrica Índice de Qualidade do Emprego Formal Tamanho Médio dos Estabelecimentos	Relação Matrículas no Ensino Médio p/ Mat. Totais Profissionais de Saúde para mil habitantes Terminais Telefônicos por mil habitantes Proporção de Estradas Pavimentadas no Município	Atração de Indústrias Fomento e Promoção do Turismo Ceará Empreendedor Plano Estadual de Qualificação – PEQ Capacitação através do CENTEC e CVT
Desenvolvimento Rural MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO RURAL	Valor Bruto da Produção Agropec. por Estabelec. Rural Proporção do Consumo de Energia Elétrica no Meio Rural	Valor Médio do Crédito Rural Proporção de Produtores com Assistência Técnica	Projeto São José Hora de Plantar Assistência Técnica ao Produtor Rural (ATER) Programa de Ação Fundiária Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

*Índice de Desenvolvimento Social - Resultado (IDS - R)

** Índice de Desenvolvimento Social - Oferta (IDS -O)



METAS DE INCLUSÃO SOCIAL

A partir do modelo delineado, as principais metas propostas nesta política têm como referência o atual Plano de Governo, cujo objetivo síntese é o Crescimento com Inclusão Social.

META GERAL

Como Meta Geral temos o compromisso de procurar alcançar crescimentos no Indicador de Desenvolvimento Social do Estado, IDS-R, sempre acima do crescimento de sua economia.

A regra proposta é:

$$\Delta\% \text{ IDS-R} \geq \Delta\% \text{ PIB} \rightarrow \begin{array}{c} \text{CRESCIMENTO} \\ \text{COM INCLUSÃO} \\ \text{SOCIAL} \end{array}$$

Em números, e considerando o crescimento projetado do PIB de 3,5% para 2004 e 5,0% em 2005 e 2006, o valor do Índice de Desenvolvimento Social IDS - R deverá ser:

ANO	$\Delta\%$	IDS-R
2003	-	0,5482
2004	3,5%	0,5674
2005	5,0%	0,5958
2006	5,0%	0,6255



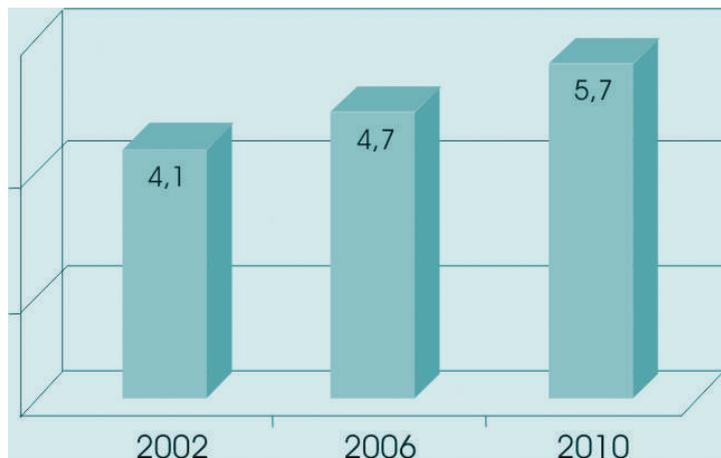
METAS ESPECÍFICAS

Além da Meta Geral são definidas Metas Específicas a serem perseguidas. Elas são baseadas em indicadores que sintetizam os principais avanços sociais pretendidos.



METAS ANUAIS

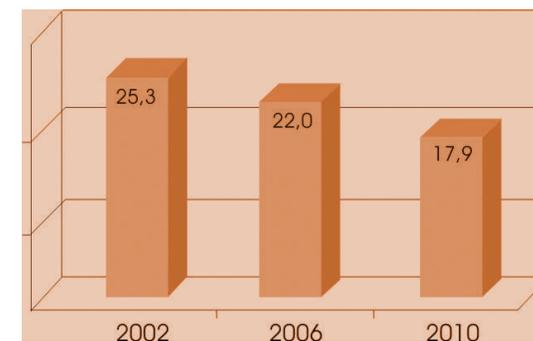
Rendimento médio do aluno (Nota média)



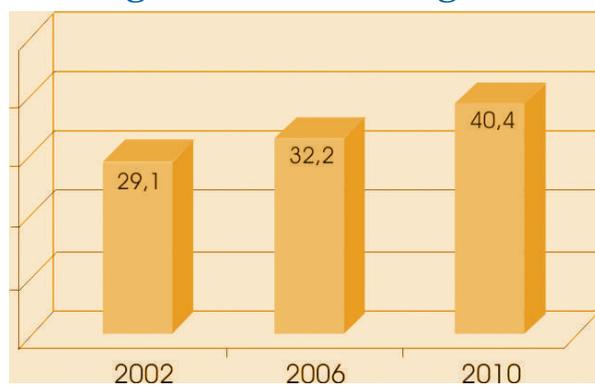
Taxa de escolarização do ensino médio



Taxa de mortalidade infantil (Por mil)



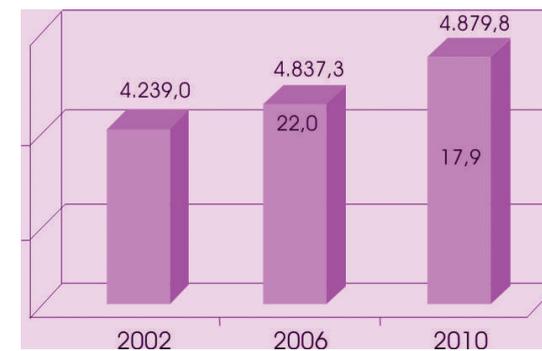
% de domicílios urbanos ligados a rede de esgoto



Qualidade de emprego formal

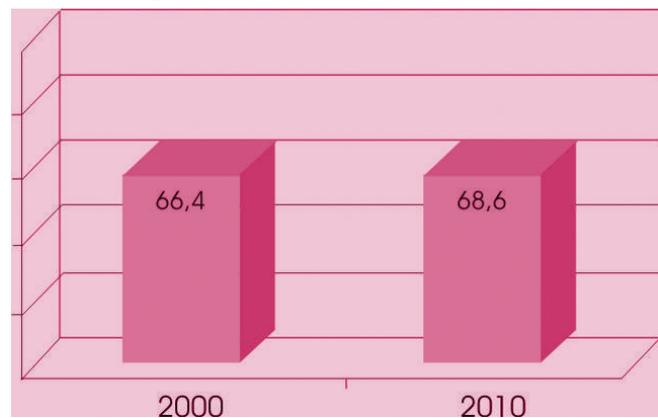


Valor Bruto de Produção agropecuária por estabelecimento

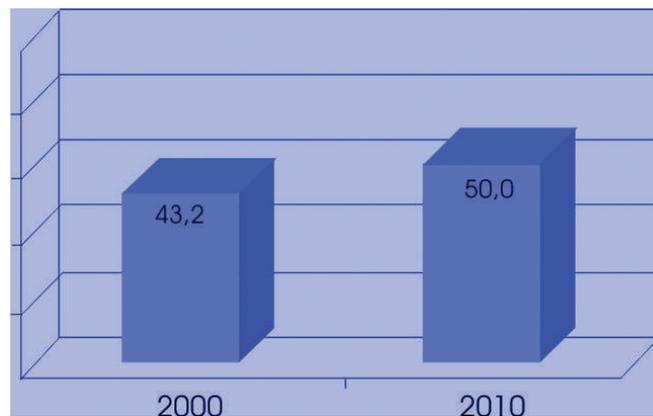


METAS CENSITÁRIAS

Esperança de vida ao nascer

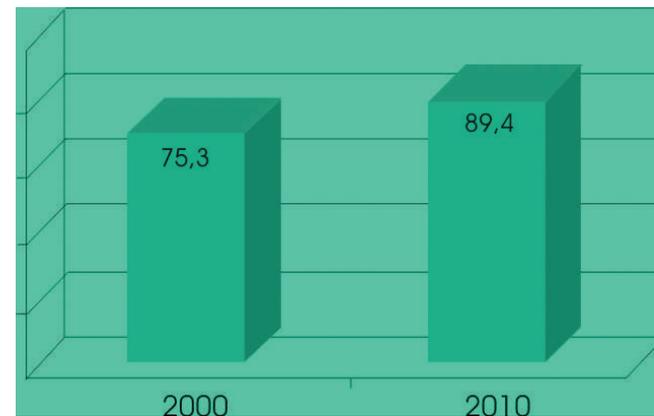


Renda Percapita* Percentual da Renda do Brasil



*População acima de 10 anos com rendimento

Taxa de Alfabetização 10 anos ou mais de idade



A Ç Õ E S G O V E R N A M E N T A I S

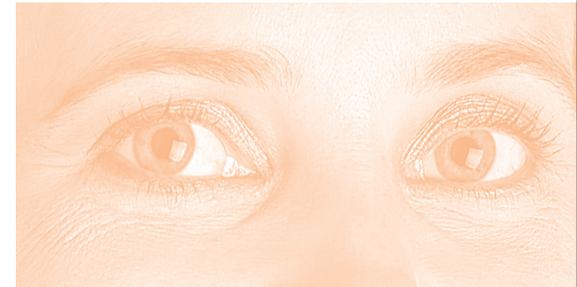
De acordo com o exposto, serão concentrados esforços até o fim dessa administração nas ações governamentais descritas a seguir.

Vale salientar que o Governo Estadual reconhece a importância e o impacto de todos os programas setoriais sobre os resultados esperados. Todavia, seria impraticável uma tentativa de trabalhar de forma sistemática com todos ao mesmo tempo, principalmente considerando que esta é uma política inovadora e que contará com a participação da sociedade. Mesmo assim, sua evolução permitirá incorporar novos mecanismos que venham a tornar mais abrangentes os trabalhos de monitoramento e avaliação das políticas sociais do Estado.



A Ç Õ E S G O V E R N A M E N T A I S

- ① Ampliar em 32% o número de estudantes matriculados no ensino médio público.
- ② Reduzir em 47,7% o número de analfabetos de 15 anos e mais.
- ③ Implementar ações de promoção da saúde, prevenção e controle dos agravos à saúde da mulher nos 184 municípios do Estado.
- ④ Reduzir a desnutrição materna e infantil nos 99 municípios de menor IDH no Estado do Ceará.
- ⑤ Beneficiar 806.476 pessoas através de ações de promoção da saúde, controle dos agravos degenerativos nas 21 microrregiões de saúde do Estado.
- ⑥ Estimular a geração de 9.375 ocupações, através da implantação de 2.995 Microempresas Sociais e Cooperativas.
- ⑦ Implantar 20 Centros de Trabalhos e Empreendedorismo, gerando 2.000 ocupações.
- ⑧ Capacitar 60.000 pessoas nos CENTECs e CVTs
- ⑨ Promover a capacitação de 230.000 trabalhadores, para inserção no mercado de trabalho.
- ⑩ Ampliar o sistema de esgotamento sanitário em 28% dos domicílios do Estado do Ceará.
- ⑪ Assegurar água tratada a 66% dos domicílios do Estado do Ceará.
- ⑫ Elevar para 100% a taxa de atendimento de energia elétrica na zona rural do Estado.
- ⑬ Atender 276 comunidades rurais, através da implantação de projetos produtivos, de infra-estrutura, abastecimento d'água e eletrificação.
- ⑭ Implantar e consolidar ações territoriais no ambiente de 17 Agropólos, propiciando meios e apoio à produção e renda a 200.000 agricultores.



M A P A S D E I N C L U S Ã O S O C I A L

O objetivo final do sistema é ter uma evolução contínua e territorialmente equilibrada da inclusão social no Estado.

Esta evolução será acompanhada através de mapas anuais de inclusão social.

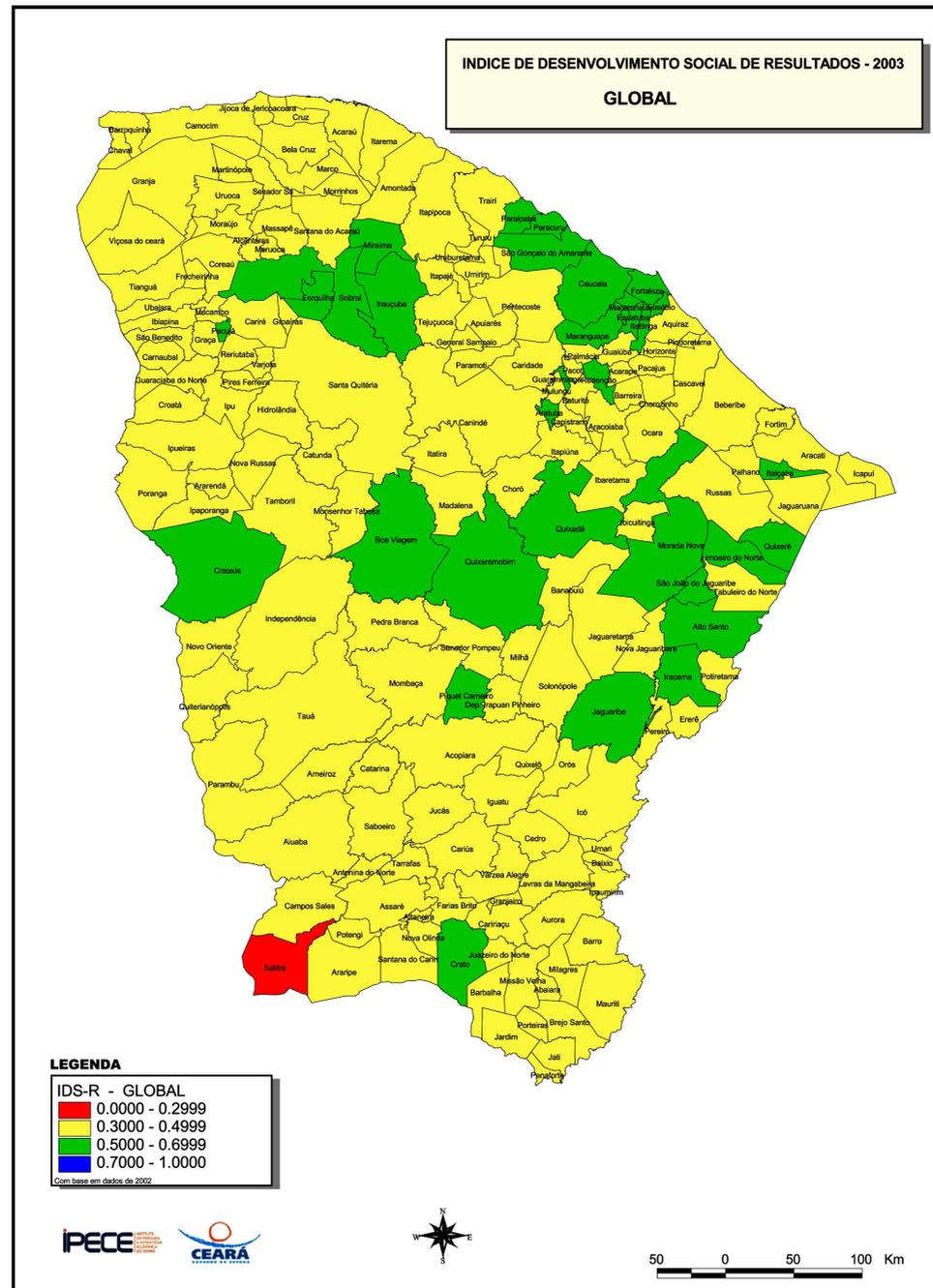
Os mapas de inclusão serão construídos agrupando os municípios em quatro categorias de nível de inclusão, de acordo com seus IDS-R. Mais especificamente, os municípios foram agrupados da seguinte forma:

- 0,000 £ IDS < 0,300 ⇨ ruim
- 0,300 £ IDS < 0,500 ⇨ regular
- 0,500 £ IDS < 0,700 ⇨ bom
- 0,700 £ IDS £ 1,000 ⇨ ótimo

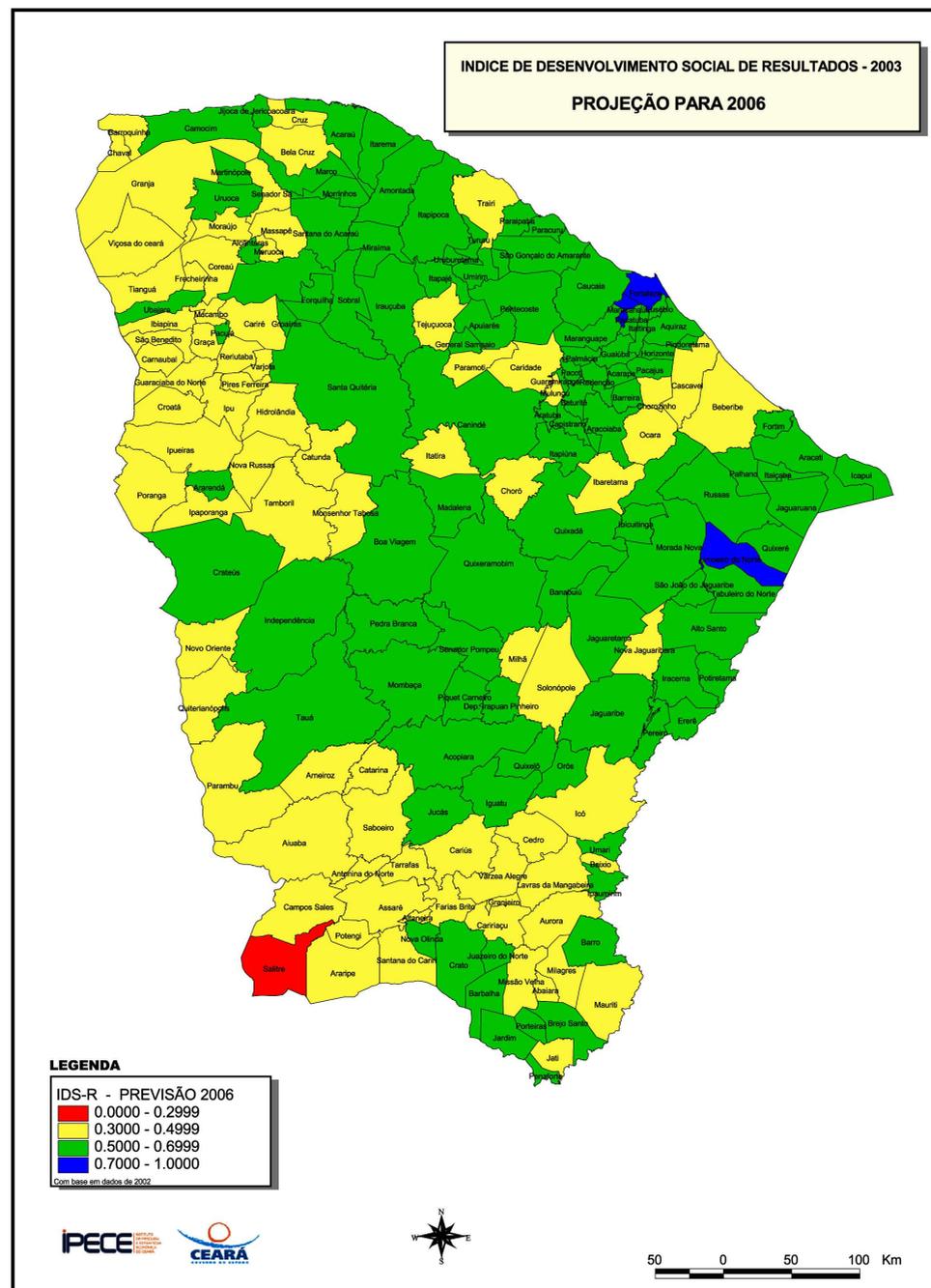
Os mapas ao lado resumem a situação atual do Desenvolvimento Social dos municípios cearenses e sua evolução, de acordo com as metas estabelecidas para 2006 e 2010.



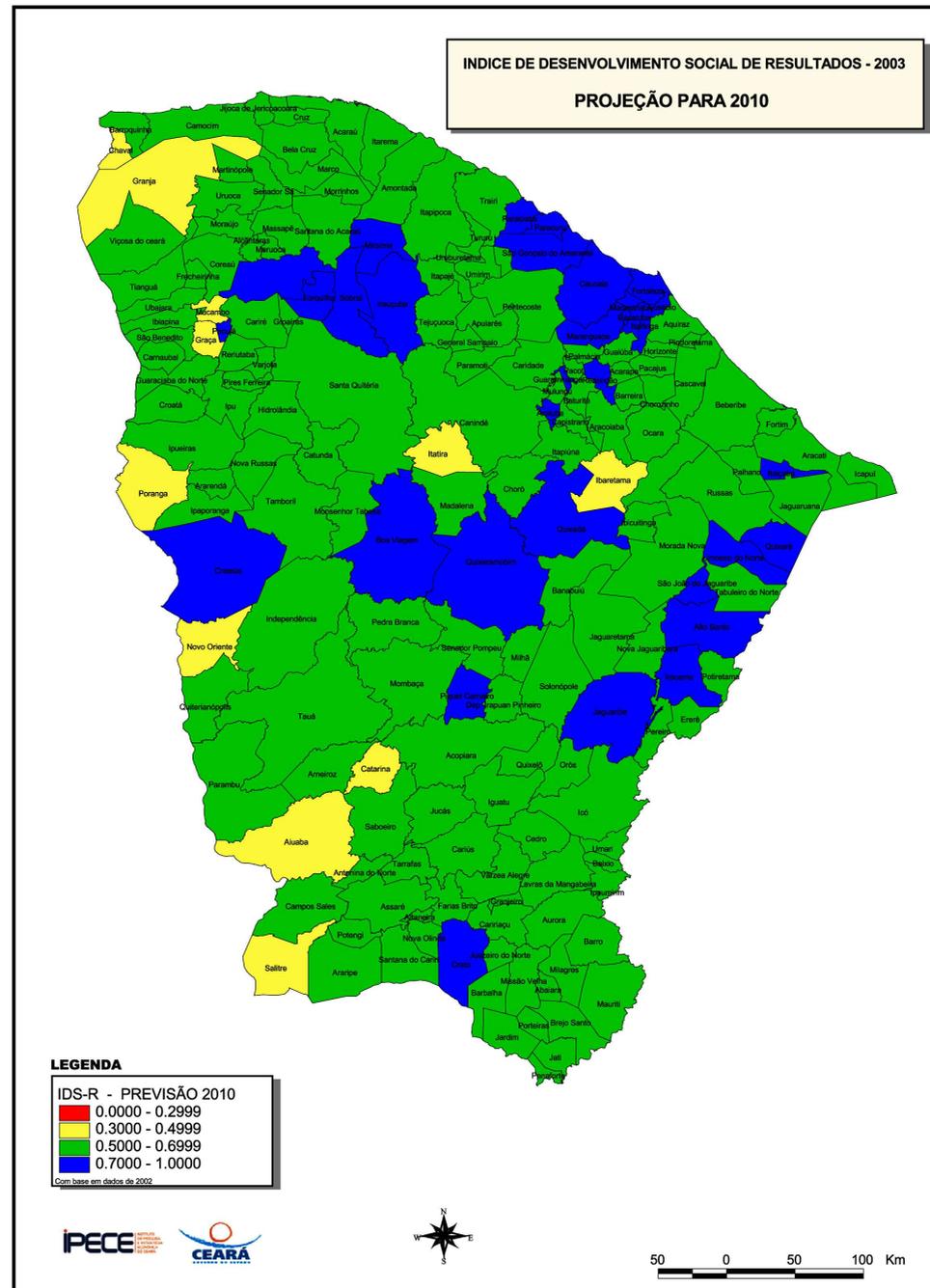
Situação do desenvolvimento social em 2003



Meta de desenvolvimento social até 2006



Meta de desenvolvimento social até 2010



O F U N C I O N A M E N T O D O S I S T E M A

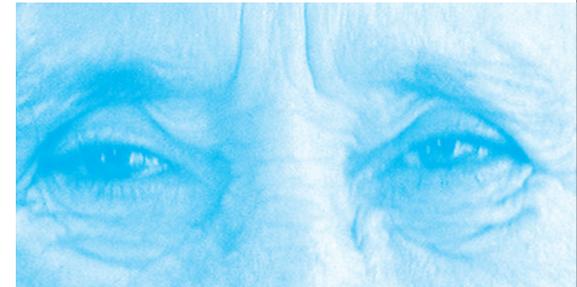
O Sistema de Inclusão Social tem como base orientadora:

- O atual Plano de Governo, que tem como objetivo síntese o Crescimento com Inclusão Social
- A busca do controle social sobre as políticas públicas, a partir principalmente das Universidades, dos Conselhos, ONGs e outras esferas
- A ação voluntária de agentes sociais na direção dos objetivos propostos



OS ATORES PRINCIPAIS INTEGRANTES DO SISTEMA

- Governo do Estado e todas as suas secretarias, com destaque para a SIM e a SEPLAN, e o IPECE como responsável pelo acompanhamento interno dos indicadores
- Pacto de Cooperação, parceiro co-responsável pelo lançamento do Sistema e pelo trabalho de constituição de uma rede com forte dimensão regional e municipal
- Universidades, para funcionarem como Observatórios de Inclusão, acompanhando com independência os indicadores, e municiando os demais agentes de controle social com as informações necessárias. Também terão um papel crucial como agência de qualificação e animação regional dos processos de controle social e ação voluntária
- Planefor e conselhos municipais, como âncoras municipais do sistema, congregando as demandas e iniciativas oriundas da Sociedade
- Conselhos, ONGs, associações patronais e laborais, agências de cooperação internacionais e outros agentes sociais
- Imprensa, que deverá ter função de destaque como Observatório de acompanhamento e espaço de animação do debate e repasse de informações
- A Sociedade, que é insubstituível na motivação para os atores darem sua contribuição ao desenvolvimento e ao progresso do povo cearense



O CARÁTER INOVADOR DO SISTEMA DE INCLUSÃO SOCIAL PARA O CEARÁ

A principal inovação do Sistema é permitir o acompanhamento do desempenho do Estado e seus municípios, ano a ano, no que diz respeito a indicadores sociais. Essa objetividade e clareza tem vantagens políticas e técnicas, para dentro do Governo e para a sociedade, destacando-se:

- Politicamente, é a primeira vez que um governo explicita seus compromissos sociais de forma tão direta. Mais que isso, assume o compromisso de que os indicadores sociais crescerão mais do que o PIB de um determinado ano
- Facilita o controle social
- Oferece critérios claros para a hierarquização das ações de Governo, priorizando aquelas consideradas centrais e dizendo o porquê; e dessa forma assumindo compromisso orçamentário de alocação de recursos nessas áreas
- Internamente, o governo terá prioridades claras que valem para o conjunto das secretarias, o que é absoluta novidade na cultura gerencial do Estado brasileiro
- Um conjunto de indicadores e metas, de alta qualidade técnica, que permite comparações nacionais e internacionais, e o acompanhamento por qualquer agência de estudos estatísticos de desenvolvimento. Permite ainda o mapeamento anual do Estado, no que toca aos indicadores sociais, que podem ser desagregados por regiões



• Possibilita a montagem de um sistema lógico que liga um indicador, numa ponta, ao trabalho interno de uma secretaria, na outra; ou seja, pela primeira vez, o monitoramento abstrato, em tese, do órgão de planejamento, tem efeitos concretos nas opções cotidianas da política setorial. Pelo que se percebe, o Sistema de Inclusão Social é um sofisticado arcabouço construído logicamente, que permite ao governo e, ao mesmo tempo, à sociedade, congregarem esforços numa mesma direção, com a garantia de avaliação constante e segura dos resultados de sua ação. Garante a transparência das ações de Governo, convoca a sociedade ao seu controle, busca atuar com ações estruturantes, fugindo ao assistencialismo e assumindo o compromisso com um modelo de desenvolvimento incluyente. Aceita o risco de priorizar ações, tão difícil na cultura política brasileira, onde a falta de conhecimento sobre os problemas induz a demandas inviáveis, e permite confirmar, a partir da determinação de um trabalho em conjunto, que é impossível ser feliz sozinho.



OS OBSERVATÓRIOS DE INCLUSÃO SOCIAL

Um dos instrumentos de controle social são os Observatórios de Inclusão, a serem constituídos nas Universidades, que funcionarão como espaços geradores de informação e formuladores de opinião, assim como de mobilização social. Devem desenvolver mecanismos eficientes e lúdicos, acessíveis aos mais amplos setores sociais, das metas e indicadores propostos nos planos governamentais.

Pela sua própria natureza, as Universidades, por serem nichos geradores e difusores de conhecimento, serão parceiras na estruturação dos Observatórios de Inclusão Social. Esses Observatórios terão atuação regional, facilitando o acesso da população dos municípios às informações governamentais.



Além disso, os Observatórios se constituirão em base sólida de informação digital, em termos de estrutura e de programa, como condição para análise crítica das políticas inclusivas, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas.





SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL - SIM

Av. José Américo, s/n - Edifício SEGOV - 2º andar
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Cambé

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAN - 2º andar

60839-900 - Fortaleza-CE

www.ceara.gov.br